TL 5919

PETIÇÃO

No dia 30 de Agosto, aos microfones da TSF, Alberto João Jardim, Presidente do Governo Regional da Madeira e conselheiro de Estado, proferiu, sobre a situação vivida em Timor-Leste e as responsabilidades do Estado português quanto ao futuro do território, declarações cujo teor integral se anexa.

Considerando que, nos termos do art. 293° da Constituição da República, "Portugal

continua vinculado às responsabilidades que lhe incumbem, de harmonia com o direito internacional, de promover e garantir o direito à autodeterminação e independência de Timor Leste", competindo ao Presidente da República e ao Governo praticar "todos os actos necessários" à realização desses objectivos;

Considerando as competências do Conselho de Estado definidas pelo artigo 145° da Constituição;

Considerando que Timor-Leste é uma causa nacional que tem reunido a adesão e solidariedade do povo português;

Considerando a extraordinária lição de cidadania e apego à Liberdade dada ao mundo pelo povo de Timor-Leste ao participar maciça e corajosamente no referendo de 30 de Agosto, culminando a luta pela autodeterminação e independência travada ao longo de décadas,

As entidades signatárias vêm exercer perante o Presidente da República direito de petição com vista a que seja apreciada pelo Conselho de Estado a desconformidade entre as declarações do seu membro Alberto João Jardim e os deveres inerentes à titularidade desse alto cargo da República Portuguesa.

ANEXO

Declarações de Alberto João Jardim à TSF em 30.8.99

"A opinião pública portuguesa, no sistema vigarista socialista que está estabelecido, anda a ser distraída com vários faits-divers e Timor-Leste foi um dos faits-divers que se arranjou em Portugal para entreter a opinião pública e distraí-la dos problemas principais.

Em segundo lugar, o grande objectivo para Timor-Leste era conseguir garantir os direitos e liberdades individuais. Ora, independentemente da evolução que aquilo venha a Ter, não se vê que esses direitos e liberdades individuais estejam garantidos, pelo que se continua a assistir a um fracasso, quer da política portuguesa, quer dos órgãos internacionais.

Em terceiro lugar, quando eu digo que não estou para entrar nessas aventuras financeiras, é porque Portugal anda, de há muitos anos para cá, a gastar dinheiro com países estrangeiros, dinheiro que faz falta ao contribuinte e dinheiro que devia ser para investimento em Portugal. Não obtém nada em contrapartida desses dinheiros e agora quer arranjar mais uma fonte de gastar dinheiro da mesma maneira, que é estar a dar dinheiro sem contrapartidas".

E daqui para a frente, qual a sugestão que daria ao Governo presidido por António Guterres sobre a questão de Timor-Leste?

"A única sugestão que eu tenho a dar ao Governo de António Guterres, quer em Timor-Leste, quer noutra coisa qualquer, é que se demita e deixe os portugueses em paz".